

valores em €	30-Jun	Δ Mensal	%
EUA Spot	13,12	-1,50	-10,26%
Fut 2009	13,26	-1,13	-11,07%
Fut 2010	13,78	-1,03	-11,33%
Fut 2011	14,51	-0,60	-10,21%
Fut 2012	15,56	-1,59	-9,27%
CERs Spot	11,82	-0,97	-7,58%

	30-Jun	%
UK Gas (NBP p/th)	26,19	4,14%
Carvão (API2 USD/t)	66,50	-1,48%
Brent (USD/barrel)	68,64	4,76%
Crude (USD/barrel)	69,23	4,40%

Mercados de CO₂

Licenças de Carbono com perdas acumuladas de 15% no primeiro semestre de 2009

A quebra em cerca de 10% nos preços do carbono ao longo do mês de Junho motivada principalmente pela menor participação do sector financeiro neste mercado, fez com que no final do primeiro semestre de 2009 os diversos activos de carbono acumulassem perdas na ordem dos 15%.

Já tínhamos referido no final do mês de Maio que a maioria dos industriais europeus não estavam particularmente activos do lado comprador e que os preços tinham atingido um valor exagerado face aos fundamentais que regem este mercado, em particular face à forte quebra da produção industrial e termoelétrica. A redução em cerca de 60% nos volumes transaccionados e a quebra total da correlação com os preços do petróleo mostrou que também os investidores financeiros (ou não industriais) se afastaram para já do lado comprador deste mercado.

(cont. Pág. 2)

O CELE no Pós-2012 em discussão na Comissão Europeia

No passado dia 6 de Junho foi publicada, em Jornal Oficial da Comissão Europeia (CE), a nova Directiva CELE (Directiva 2009/29/EC, de 23 de Abril de 2009), aplicando-se estas novas regras ao período pós 2012 (2013-2020).

Para o próximo período espera-se a inclusão de novos sectores, como é o caso de alguns processos químicos actualmente não abrangidos, assim como a de dois novos gases, o óxido nitroso (N₂O) e os perfluorcarbonos (PFCs).

Com esta Directiva surgem regras mais exigentes para os operadores abrangidos pelo CELE, a começar pelo processo de atribuição de licenças, que tem estado desde já a preocupar muitas empresas.

(cont. Pág. 2)

Instituições Financeiras Internacionais e Alterações Climáticas

As principais Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), como o Banco Mundial e os Bancos Regionais de Desenvolvimento (Banco Africano, Banco Asiático, Banco Interamericano e Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento) têm de um modo geral como missão o desenvolvimento económico e social dos países em desenvolvimento e economias em transição da região onde actuam.

As IFIs financiam programas e projectos de desenvolvimento através de vários instrumentos – doações, créditos concessionais, empréstimos e garantias, *equity* - para apoio às necessidades de financiamento dos países seus clientes. (cont. Pág. 2)

Mercados de CO₂ (cont.)

A questão está agora em saber qual será a dimensão desta queda e que comportamento poderemos esperar deste mercado ao longo do segundo semestre de 2009. No seu último documento de análise a Société Generale reviu em baixa a sua estimativa de preço das EUAs para o segundo semestre de 2009 para €11.50, mas, chamando no entanto à atenção de que,

face à possibilidade de uma recuperação da economia já em 2010, os preços poderão atingir uma média de €15 durante o próximo ano.

Francisco Rosado
frosado@ecoprogresso.pt
 Director

Mercado Secundário Carbono							
30-06-2009		Final 2008	1º Semestre 2009	Min (12 Fev)	Var do Min	Média 2008	Desvio Média
13,12	EUAs	15,36	-15%	7,96	65%	23,25	-44%
11,82	CERs	13,53	-13%	7,6	56%	17,86	-34%

O CELE no Pós-2012 em discussão na Comissão Europeia (cont.)

Os motivos para a referida preocupação são compreensíveis, tendo em conta que a atribuição de licenças à indústria será efectuada com base em benchmark sectorial e de acordo com as melhores tecnologias e que o número de licenças a atribuir gratuitamente poderá corresponder a 80% no primeiro ano (2013) e 30% no último (2020), sendo as restantes licenças adquiridas em leilão. Para as termoeléctricas o cenário é um pouco diferente, visto que não terão direito a licenças gratuitas, estando na base desta regra o facto de as mesmas poderem repercutir os custos com o CO₂ na tarifa de electricidade.

Em excepção à regra de atribuição de licenças à indústria estão os sectores sujeitos a *carbon leakage* para os quais a atribuição de licenças poderá ser 100% gratuita.

Sobre a atribuição de licenças três grandes temas estão em avaliação e discussão na CE: a definição do benchmark sectorial, os sectores sujeitos a *carbon leakage* e as regras para o processo de leilão.

Outra questão importante diz respeito às chamadas "pequenas instalações", isto é, aquelas que emitem por ano menos de 25 000 tCO₂ e têm uma potência térmica instalada inferior a 35 MWt (para o caso das instalações de combustão), as quais poderão ter a opção de ficar excluídas do CELE. Aqui será preciso estar atento já que o que está previsto é que as mesmas tenham que implementar medidas para reduzir as suas emissões, no entanto, não se sabe ainda concretamente em que termos isto vai ser implementado.

Existem ainda várias questões relevantes em aberto sobre o regime do CELE no pós-2012, mas é justamente nesta fase que as empresas devem estar atentas não só para se começarem a preparar mas também para poderem actuar em defesa dos seus interesses.

Catarina Vazão
cvazao@ecoprogresso.pt
 Consultora



Instituições Financeiras Internacionais e Alterações Climáticas (cont.)

Estas Instituições têm vindo a incorporar a problemática das alterações climáticas nas estratégias de apoio ao desenvolvimento dos países onde actuam, fruto do

reconhecimento, por um lado, que estes são os mais vulneráveis aos impactes negativos das alterações climáticas e, por outro lado, que tais impactes poderão

pôr em causa os ganhos alcançados e projectados em termos de desenvolvimento, aumentando ainda mais o número de pessoas que vive em extrema pobreza e revertendo outras para esta condição de vida.



A título de exemplo, o Banco Mundial elegeu os bens públicos globais (i.e. alterações climáticas, doenças infecciosas e comércio) - temáticas cuja acção não se circunscreve à esfera nacional ou regional - como um dos seis

temas estratégicos para o desenvolvimento global.

É consensual o reconhecimento que os países e comunidades mais pobres, os que menos contribuíram para o problema, serão os mais afectados. Devido à acção humana é expectável que a variabilidade climática: (a) afecte negativamente a produtividade agrícola, sobretudo nos trópicos e sub-trópicos, ameaçando a segurança alimentar; (b) diminua a quantidade e qualidade de água nas zonas mais áridas e semi-áridas (onde as comunidades dependem das chuvas para as colheitas e para a satisfação das suas necessidades básicas); (c) aumente a incidência da malária, dengue e outras doenças dos trópicos; e (d) prejudique os sistemas ecológicos, diminuindo a biodiversidade (reduzindo ainda mais as suas possibilidades de obtenção de rendimento). Adicionalmente, a subida do nível do mar, associado ao esperado aumento da temperatura, pode desalojar milhões de pessoas e ameaçar a existência de pequenos estados insulares.

O desafio consiste em acelerar ou manter um crescimento económico robusto nos países mais pobres. A adaptação às alterações climáticas irá exigir infraestruturas mais resilientes, medidas preventivas e de alívio dos desastres mais alargadas e novas tecnologias e práticas agrícolas que contrariem os crescentes riscos climáticos.

A acrescentar ao esforço da adaptação, estes países terão também que moderar as suas trajetórias de emissões com o constrangimento de terem rendimentos e capacidades muito menores que as nações industrializadas.

É devido a este enquadramento que as estratégias das IFIs e dos países doadores da ajuda pública ao desenvolvimento cada vez mais privilegiam o *mainstreaming* das alterações climáticas nas

estratégias de apoio aos países. Contudo, os governos nos países em desenvolvimento e os principais actores envolvidos na trajetória da mudança carecem ainda de maior sensibilização e capacitação relativamente a esta matéria. Isto é tanto mais verdade quer na arena da negociação internacional (no quadro das Nações Unidas), quer no campo da tomada de decisão quanto às opções de investimento em prol do seu desenvolvimento.

Isto leva-nos à questão da transversalidade da vertente ambiente que ainda com frequência é remetida para segundo plano em países mais maduros em termos de desenvolvimento, quanto mais em países cujas necessidades básicas continuam por satisfazer. É o caso, por exemplo, de alguns países africanos.

Há muito ainda por fazer nesta área, sendo que o papel das IFIs, bem como dos países doadores deverá ser fundamental para alertar os decisores para a urgência do problema e para que os investimentos de hoje não sejam postos em causa amanhã.

Neste ponto, Portugal através da sua política de cooperação para a ajuda ao desenvolvimento, deveria ter um papel fundamental sobretudo junto dos países africanos lusófonos. Moçambique é sempre referenciado como um dos países mais vulneráveis às alterações climáticas, estimando-se que a linha costeira possa recuar fortemente. Há que aumentar a presença portuguesa na acção de coordenação com os parceiros do desenvolvimento para que países como Moçambique possam aceder às fontes de financiamento disponíveis e capitalizar as vantagens comparativas que Portugal dispõe no diálogo com os governos beneficiários, contribuindo para o aumento da sua capacidade institucional.

No fundo também em Portugal há que integrar de forma mais consistente a transversalidade da política ambiental no contexto da política nacional de apoio ao desenvolvimento, garantindo um desenvolvimento à prova do clima.

Rosa Caetano

rcaetano@ecoprogresso.pt

Directora

Power Future 2009

A Ecoprogresso esteve presente na Powerfuture 2009, feira de energias renováveis no Brasil, que se realizou de 29 de Junho a 1 de Julho de 2009 em Fortaleza, Estado do Ceará.

Pedro Mateus, em representação da empresa participou no primeiro dia de conferência, tendo realizado uma apresentação com o tema "As



energias renováveis e o mercado de carbono". Esta feira teve uma fortíssima componente de discussão em termos de energia eólica, onde foi largamente debatido como poderá ser desenvolvido o mercado para esta energia no Brasil, sendo que o Ceará é um dos principais Estados do Brasil com apetência para esta fonte renovável, estimando-se que terá um potencial para 74 mil MW.

Em Novembro deste ano acontecerá o primeiro leilão de energia dedicado à energia eólica, para cerca de 1000 MW, sendo que já se encontram prontos para concurso cerca de 6000 MW, o que deixa antever que a



concorrência será forte. A existência de um leilão específico para este tipo de energia será fundamental para a dinamização deste mercado e há muita expectativa para que este seja apenas o primeiro de muitos leilões do género. No entanto, apesar das muitas incertezas, há já vários *players* mundiais a posicionarem-se fortemente neste mercado, quer ao nível de produção de energia quer ao nível de produção de

turbinas, pás, torres e outras prestações de serviços específicos para a energia eólica.

Este evento, organizado pela delegação da câmara luso brasileira de Fortaleza contou com uma ampla participação de instituições nacionais desta área e do mercado financeiro.

Pedro Mateus

pmateus@ecoprogresso.pt

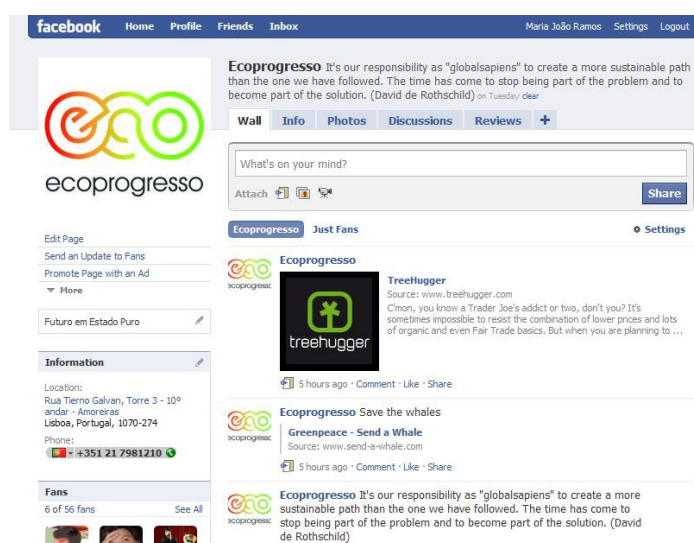
Director

United Nations Framework Convention on Climate Change



Facebook

Procure a Ecoprogresso no Facebook e acompanhe a nossa actividade em "real time".



A Ecoprogresso é uma empresa:



Para mais informações contacte:

Maria João Ramos | Departamento de Comunicação
mramos@ecoprogresso.pt
 T +351 217 981 210

Para Trading de Licenças contacte:

Francisco Rosado | Director de Trading
frsado@ecoprogresso.pt
 T +351 217 981 212